

# ACESSO E DEMOCRATIZAÇÃO DA INFORMAÇÃO: Identidades afrodescendentes na cibercultura

Celly de Brito Lima\*  
Mirian de Albuquerque Aquino\*\*

## RESUMO

A cibercultura é o pano de fundo que permitiu interrogar acerca das condições de acesso e democratização da informação no contexto específico de uma realidade brasileira. Serviu também como pretexto para um diálogo entre abordagens do campo da Ciência da Informação e as perspectivas teóricas de outros campos que permitem conexões interdisciplinares, tendo como foco a construção de identidades afrodescendentes na cibercultura. Foram analisadas as condições de acesso à informação pela internet, a existência ou não de experiências com o racismo e a construção e exposição da autoimagem de jovens, entre 18 e 25 anos, usuários da Praça da Informação da Biblioteca Pública do Estado de Pernambuco. Verificou-se que a construção das identidades dos cibersujeitos não está centrada na etnia, pois, nesse caso, o elemento étnico, na construção de suas identidades, mostrou-se menos importante. Constatou-se também que, quando o acesso é limitado, esses potenciais produtores/consumidores de informação são podados na sua capacidade de participação social e de plena imersão na cibercultura.

**Palavras-chave:** Identidade étnica. Afrodescendente. Racismo. Cibercultura. Ciência da Informação. Acesso e democratização da informação.

## 1 INTRODUÇÃO

O contexto atual incorporou tendências pouco harmoniosas da mundialização, da globalização e da identidade, as quais vêm sendo aceleradas pela revolução das tecnologias da informação e comunicação (TICs) e pela presença forte do capitalismo informacional. Estamos presenciando um novo modelo de sociedade, caracterizado pelas atividades econômicas, por novas formas de organização, flexibilidade e instabilidade no mundo do trabalho e individualização dos recursos humanos, impondo formas antes desconhecidas de se conhecer, pensar, ser, fazer, relacionar-se e viver. Essa configuração tecnológica, com suas formas emergentes de organização social, expressa, não exclusivamente, os novos exercícios de poderes das elites econômicas, mas também desestabilizam as instituições, ressignificam as culturas, produzem mais

---

\* Mestre em Ciência da Informação. Professora do Departamento de Ciência da Informação – UFPE. E-mail: cellybrito@gmail.com

\*\* Doutora em Educação. Professora do Programa de Pós-graduação em Ciência da Informação – UFPB. Bolsista de Produtividade do CNPq. E-mail: miriabu@uol.com.br

riquezas, que induzem à pobreza e incitam a ganância, a inovação e a esperança, mas, ao mesmo tempo, impõem uma austeridade e traz o desespero. Como diz, textualmente, o sociólogo Manuel Castells (1999, p. 17), “admirável ou não, trata-se, na verdade, de um mundo novo”.

Estudos e pesquisas vêm sendo feitos para se tentar entender as mutações e as múltiplas identidades na cibercultura, os processos de exclusão/inclusão, instigando também os pesquisadores da Ciência da Informação (CI), para problematizar as diferenças (gênero, classe, raça, etnia, orientação sexual, geração, deficiência), dar novos sentidos às abordagens teóricas da informação, manter o diálogo com enfoques sociais, culturais e éticos, responder às demandas emergentes na produção de conhecimento, desestigmatizar estereótipos, preconceitos, racismos e sexismos, desconstruir “regimes de informação”, empoderar os atores socialmente vulneráveis, rebaixados, marginalizados e excluídos pelas condições atuais de acesso e democratização da informação, compreender a construção de novas identidades e combater as desigualdades sociais e raciais.

No cerne dessas questões, emerge a suspeita de que é por meio do vínculo que liga as condições de acesso e democratização da informação que o fenômeno “identidade afrodescendente” pode ganhar espaço na produção científica da CI. Essa suposição recorre ao argumento de que, com o avanço das tecnologias da informação e comunicação, a construção de significados tornou-se mais dinâmica e, portanto, os valores e as opiniões oscilam numa velocidade incontrolável. Essa relação, que conecta acesso e democratização da informação, apropria-se de uma concepção de identidade como uma construção social, histórica e cultural de um grupo étnico/racial, que pertence a um mesmo grupo que constrói e reconstrói a sua identidade a partir da relação com o outro, envolvendo inúmeras variáveis, causas e efeitos, com iniciação na família e ramificação e desdobramento tendo como base outras relações.

No Brasil, ainda encontramos alguns estudos, no campo da Ciência da Informação, que permanecem filiados à discussão da relação homem-máquina, carecendo de mais reflexões para compreender as desigualdades sociais e raciais na sociedade da informação, do conhecimento e da aprendizagem.

## **2 A RESPONSABILIDADE SOCIAL DA CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO**

Ao longo de muitas décadas, persiste uma busca de diversas soluções tecnológicas para acesso e uso da informação, seduzida na contemporaneidade pelos intermináveis fluxos e sofisticadas redes de informação. Mas tudo isso perde sentido,

posto que, contraditoriamente, ainda não alcançamos as possibilidades de acesso e de democratização da informação. Faz coro nesse argumento Saracevic (1996), quando afirma que pouco se conhece sobre os aspectos humanos e comportamentais relacionados com o conhecimento e a informação.

É inegável que as TICs têm influenciado as determinações políticas, econômicas e até culturais, nessa emergente sociedade, e a CI está, inegavelmente, atrelada a essas tecnologias. Porém, a sua finalidade seria diagnosticar e atender às necessidades de acesso à informação, considerando os usuários de informação como atores em seu processo, pois é vital, para o campo, que não seja ignorada a condição social e material da humanidade, como afirma Capurro (2003). Esse autor chama a atenção da CI para o problema da exclusão digital, interrogando: "[...] informação para quem? [...] essa pergunta torna-se crucial [...] quem somos como sociedade(s) no horizonte da rede digital?"

O conceito bastante utilizado nas políticas de informação é o da "inclusão digital". O que demonstra já estar claro é que essa inclusão se configura como um processo de apropriação e uso das tecnologias de informação e comunicação, orientada como uma das ferramentas, ou instrumentos, de inclusão social. Nessa perspectiva, a inclusão digital é promovida como uma das ações que visa assegurar a qualidade de vida, a autonomia e o poder aquisitivo ou, em outras palavras, a participação econômica, política, social e cultural. Isso significa fomentar a participação cidadã daqueles que se encontram marginalizados socialmente pela ausência de condições adequadas de inclusão para cada ser humano.

Autores como Sorj e Guedes (2005) entendem que a exclusão digital não se limita às pessoas que não têm acesso ao computador e à Internet e esclarecem que a questão não se resolve pela oposição acesso/não-acesso - entendida com uma generalização razoável apenas para certos serviços públicos - mesmo que os custos limitem o uso do telefone, da gasolina e do carro. O que eles questionam, em termos de acesso e de uso das TICs, é que "o número de proprietários de computador ou pessoas com acesso à Internet é uma medida primitiva demais para medir a exclusão digital" (SORJ; GUEDES, 2005, p. 3-4). Os autores usam três argumentos para justificar seus pontos de vista: 1) O tempo disponível e a qualidade do acesso afetam decisivamente o uso da Internet; 2) As tecnologias da informação e comunicação se caracterizam pela velocidade, dinamicidade e penetrabilidade, constante atualização de hardware, software e dos sistemas de acesso, para não ficarem obsoletos, exigindo um investimento contínuo por parte dos seus usuários; 3) O potencial de utilização das TICs

depende da capacidade de leitura e de interpretação da informação por parte do usuário e de sua rede social.

As inúmeras iniciativas governamentais, do setor privado e da sociedade civil demonstram um crescente interesse pela questão. No entanto, o que motiva cada segmento a investir na inclusão digital reflete diretamente no formato de cada plano, programa ou projeto desenvolvido. Assim, a eficácia deles só pode ser explicada por meio de um confronto de suas metodologias e instrumentalização com os objetivos declarados, e se esses objetivos correspondem aos anseios e às reais necessidades dos excluídos. É preciso ter em mente, também, que as políticas públicas de inclusão poderiam aproveitar as TICs para melhorar as condições de vida da população e dos mais pobres. Entretanto, concordamos com Sorj e Guedes (2005), quando afirmam que a luta contra a exclusão digital é uma luta para a criação de mecanismos de inclusão que possam diminuir o impacto negativo das TICs acerca da distribuição de riqueza e de oportunidades de vida. Nesse sentido, aumenta a responsabilidade social da CI, que também deveria estar preocupada em promover o acesso aos fluxos de informação e em ampliar o processo de participação na geração desses fluxos, sobretudo, discutindo e contribuindo para a formulação e a efetivação de políticas públicas de informação.

### **3 O ITINERÁRIO DA PESQUISA**

O campo empírico da pesquisa foi a Praça da Informação da Biblioteca Pública do Estado de Pernambuco, um espaço onde é oferecido acesso gratuito a computadores conectados à internet. Os dados foram coletados nos perfis dos cibersujeitos - que extraímos das páginas do Orkut e dos recortes dos enunciados originários de entrevistas - durante o ano de 2008, no momento em eles estavam nessa “praça da informação” acessando a internet. Interessou também observar se a demanda por esse espaço de acesso gratuito era motivada, principalmente, pelo nível de renda dos cibersujeitos da internet, pois é na dimensão renda que se encontram as maiores discrepâncias entre negros e brancos.

Dos quarenta e quatro cibersujeitos pré-selecionados, propusemos, inicialmente, trabalhar com vinte deles na análise, considerando que os princípios e os procedimentos norteadores das metodologias qualitativas, discursivas e interpretativas nos ajudam a entender que não devemos nos deter em critérios positivistas, mas teóricos. Assim sendo, decidimos não objetivar a exaustividade (horizontalidade) dos dados nem a completude em relação ao fenômeno estudado, pois é possível recortar textos e analisar estados diferentes (ORLANDI, 2002).

Como amostra representativa, escolhemos treze cibersujeitos, a qual permaneceu coerente com a abordagem metodológica, tendo como base os seguintes critérios: eles deveriam estar na faixa etária proposta - entre 18 e 25 anos - e se autodeclarar afrodescendentes, negros ou pardos e que, preferencialmente, participassem de algum site de relacionamento onde descrevem seu perfil. Embora esse percentual pareça pouco representativo para uma pesquisa científica, a nossa preocupação foi aprofundar a análise.

Para garantir a privacidade dos ciber-sujeitos da pesquisa, nos recortes de seus enunciados, seus nomes foram transformados em codinomes, que passaram a ser legendas (JP, TE, PI, IL, PM, NY, MN, LO, LY, BA, AY, ST e AA), visto que alguns usaram o próprio nome para se identificar. Os documentos e as entrevistas foram descritos e interpretados com base em uma análise interpretativista, por atender adequadamente aos propósitos do estudo, constituindo processos de investigação que nos levaram a interpretar os dados de diferentes formas, possibilitando a interação com as teorias e a reflexão crítica.

#### **4 CONSTRUÇÃO DE IDENTIDADES AFRODESCENDENTES NA CIBERCULTURA**

Esta análise parte do pressuposto de que a realidade é dinâmica, mutável e de que os sentidos se (re)constroem com base nos diferentes momentos históricos vividos pelos atores sociais na sociedade, na e pela linguagem (LOPES, 2002). Assim, a interpretação foi feita à luz do referencial teórico sobre cibercultura, construção de identidades afrodescendentes, racismo e acesso à informação ou sua democratização, destacando três eixos temáticos: Autoidentificação etnicorracial, acesso à internet e à informação e internet como instrumento de crítica e cidadania. O conceito de identidades afrodescendentes é entendido aqui “como uma construção social, histórica, cultural e plural, [implicando] a construção do olhar de um grupo étnico/racial [...] sobre si mesmo, a partir da relação com o outro” (GOMES, 2005, p. 43).

Com o objetivo de compreender a construção das identidades afrodescendentes na cibercultura, examinamos a construção e a exposição da autoimagem dos cibersujeitos, por meio dos usos que fazem do site interativo de relacionamentos – Orkut - focando o preenchimento de campos que apelam para declarações de identidades: “Etnia”, “Quem sou” e “Aparência”. Para isso, cada participante deveria indicar o endereço do site onde tem um perfil divulgado na internet, cuja solicitação foi feita dentro da entrevista. Porém, para o propósito do nosso estudo, interessou-nos

observar a incidência daqueles que optam por ter declarado em seus perfis uma “etnia afrodescendente” e uma “aparência” acima de mediana, ou, pelo menos, uma das duas declarações, como sinais de uma consciência étnica e uma autoimagem positiva.

Uma parte dos cibersujeitos registrou o mínimo de informações em seu perfil. Embora seja possível observar que grande parte dos usuários do Orkut, em geral, prefere registrar suas informações sociais e pessoais, essa redução de informação ou o não preenchimento de alguns ou de todos esses campos no site, por parte dos cibersujeitos da pesquisa, não significa, necessariamente, que essas declarações sejam evitadas ou incômodas para eles, porque suas identidades podem ser construídas e reconstruídas o tempo todo. Assunção e Oliveira (2009) colaboram com nossas reflexões de que “a identidade é construída e reconstruída, a todo o momento, dentro de processos históricos, estando inevitavelmente vinculada à cultura e à globalização que, apesar de operar a partir da economia, torna-se um paradigma para pensar o mundo contemporâneo”.

O conceito etnicorracial utilizado nesta análise se distancia da problemática da raça, em seu sentido biológico de raças humanas, enraizado nas teses que recobrem a dominação, sustentando as ideias de raças superiores e inferiores. Mas se trata de uma nova interpretação com base na dimensão social e política desse conceito. Explica também que a discriminação racial e os racismos existentes na sociedade brasileira ocorrem devido aos aspectos culturais dos representantes de diversos grupos etnicorraciais e a relação feita entre esses grupos e as características físicas observadas neles (GOMES, 2005). Atrelado ao conceito de raça, temos o de etnia, os pesquisadores utilizam para fazer referência ao pertencimento ancestral e etnicorracial dos negros e dos demais grupos que povoam a sociedade brasileira, mantendo certo grau de coerência, solidariedade, compaixão, ética e responsabilidade, reunidos conscientemente e relacionados por experiências compartilhadas.

- **Autoidentificação etnicorracial**

O eixo temático “Etnia” serviu para identificar a cor dos cibersujeitos da pesquisa e classificar a sua identidade etnicorracial. Em relação à pergunta sobre o pertencimento etnicorracial, dos 13 três cibersujeitos que responderam ao questionário, apenas três se autoidentificaram como afrodescendentes; quatro, como negros, e seis, como pardos. Embora Gomes (2009) admita a existência da revalorização da imagem do negro, a qual é independente das contradições e das tensões próprias do processo identitário, é possível assegurar que a autoidentificação dos cibersujeitos da pesquisa

reforça esse ponto de vista ao afirmar ser “[...] negro quem se autodeclara negro, uma vez que o processo de identificação é, essencialmente, uma escolha individual, que prescinde de qualquer forma de avaliação ou controle” (RELATÓRIO, 2005, p.120).

Parece-nos não ser por acaso que apenas dois cibersujeitos, autodeclarados no questionário como negro e afrodescendente, considerem-se de aparência “atraente”, no site da internet e, ainda, que apenas um desses dois tenha declarado ser de etnia “afrobrasileira (negro)”. Talvez essa preocupação com a imagem tenha explicação nas teses que defendiam a pureza da raça semelhantemente ao massacre hitleriano contra os judeus e não menos com escravismo criminoso que dizimou milhões de negros africanos durante mais de três séculos. Nesse sentido, as reflexões de Munanga (1999) servem à compreensão de que os ranços do escravismo ainda estão presentes na sociedade brasileira e mantêm fortes relações com o fato de a elite escravocrata ter traçado estratégias para reduzir a presença negra na população brasileira e elaborado um “projeto de branqueamento”, visando à eliminação progressiva dessa população.

Esse projeto, fundado na ideologia racial e criado pela elite brasileira no fim do Século XIX, consistiu numa “exigência” de mistura de negros e brancos, a qual muitas vezes tem levado a população negra a abandonar suas origens em nome do seu próprio “progresso”. Isso gera, evidentemente, reflexos no padrão de beleza do brasileiro, pois continua apagando a história de que o Brasil é miscigenado, e carrega o estigma de que ser negro é ser inferior, desconsiderando os resultados de estudos e as pesquisas contemporâneas que reverteram as teses de construção de identidades afrodescendentes, revelando que a questão dos negros não está, simplesmente, na cor da pele, mas enraizada nos nossos genes.

Uma das explicações para isso é a de que, não obtendo a informação social, histórica e cultural sobre as contribuições do negro africano para o fomento da sociedade brasileira, com a sua mão-de-obra, algumas pessoas continuam preservando na memória e reproduzindo nas diferentes instituições, onde se cristaliza a dominação, a ideia de que a cor da pele é definidora do ser negro, sem se preocupar em buscar e recuperar a informação mais adequada que, possivelmente, pode ajudá-las a entender que a problemática do negro é a de assumir-se como negro, identificar-se como negro e sentir-se como negro. E mais: reconhecer-se como negro, independentemente da cor da pele, a fim de superar política e ideologicamente a herança do escravismo e o sofrimento pela baixa de sua auto-estima.

Os indícios são também de que a declaração de uma ascendência africana (origens, descendência, aspectos culturais, traços físicos, consciência) não seja um

elemento de identificação importante para a maior parte dos cibersujeitos da pesquisa. Indicam, assim, a ausência de solidariedade com a comunidade negra ou de um sentimento de pertencimento a uma comunidade, embora convivam com históricas injustiças sociais às quais essa comunidade tem sido submetida.

- **Acesso à internet e à informação**

Quando perguntamos aos cibersujeitos sobre o acesso à internet na biblioteca e se haveria outro lugar ou outra forma melhor para isso, cinco deles apontaram para uma situação previsível: o acesso à informação é restrito, ilustrando a dificuldade que enfrentam para ter pleno acesso à informação: “Acesso a internet da biblioteca porque não tenho condições de pagar todos os dias 1 real, na lan house para verificar o meu e-mail [...]” (LO, 20 anos).

A falta de recursos financeiros para adquirir um computador e fazer sua manutenção é uma constante no enunciado de LO - “e porque não tenho condições no momento de comprar um computador”. Mas esse cibercidadão alimenta a esperança de que pode conseguir recursos financeiros para alcançar seu objetivo: “Mas, brevemente, terei!!!”. No enunciado de LO, permanece a ideia de que continuará dependendo da biblioteca como um espaço de informação: “Mas, mesmo assim, ainda continuarei usando o da biblioteca! Pois não tenho condições de pagar para ter acesso à internet”. LO está convencido de que ainda levará mais algum tempo frequentando essa biblioteca porque o acesso à informação é gratuito.

O trabalho de Canclini (2005) destaca que, como a cultura digital é reconhecida como “pertencimento comunitário”, a falta de recursos provoca diferenças culturais que procedem da apropriação desigual dos recursos econômicos para afrodescendentes em processos informacionais e tecnológicos. Todavia esse mesmo autor desestabiliza aquela ideia ao afirmar que ter “cultura é estar conectado [e] globalizar sem considerar essas desigualdades concorre para criar novas diferenças e desigualdades” (CANCLINI, 2005, p. 5). A nosso ver, essa condição supõe a construção de uma política de ação afirmativa, que tenderia a reconhecer as diferenças, corrigir as desigualdades, combater a discriminação racial e conectar os afrodescendentes às redes globalizadas de informação. Tais dados revelaram a importância de se levar em conta que a democratização da informação ainda não é realidade em algumas situações e contextos específicos. A questão que também se coloca é que a renda familiar da maioria não oferece condições para que possam adquirir computadores e estar imersos na cibercultura. Talvez, as péssimas condições de acesso à internet e à informação façam com que “a exclusão digital se torne mais uma dimensão das diversas desigualdades já



postas: a do acesso desigual ao conjunto de novos bens e serviços associados às tecnologias da informação e comunicação (SORJ, 2003, p. 15).

A democratização da informação, conforme têm apontado VAZ et al (2002, p.21), “supõe locais onde é possível capacitar-se e utilizar gratuitamente, ou a preço simbólico, equipamentos de informática e internet”. Mas não é só isso, as ações de capacitação dos cidadãos devem fazer parte dessa política e criar condições para que as organizações da sociedade civil possam apropriar-se da internet, trocar e disseminar informações que permitam ressignificar a cidadania.

O acesso e a democratização da informação implicam que se saiba, como admite Canclini (2005), o sentido da democracia. Participar de uma sociedade democrática significa ter direito à informação, desterritorializar o “lugar da carência”, reconhecer os pobres de informação. Nesse contexto, a cibercultura é uma instância em que os afrodescendentes podem se organizar para construir sua identidade de projeto, questionando os conteúdos ideológicos dessa cultura e derrubando as barreiras de acesso à informação vez que a “liberdade de acesso (*freedom of access*) está vinculada ao princípio democrático da igualdade de chances” (CAPURRO, 2001, p. 69). A partir do momento em que as pessoas, em igualdade de oportunidades, compartilham dos bens culturais produzidos pela sociedade em que se inserem e atuam em nome de ações e benefícios comuns, tornam-se, efetivamente, cidadãos.

O princípio da democracia está na participação ativa e continuada de todos os cidadãos. A exclusão dessa participação tem resultado na negação de sua dignidade humana, social e política e no equívoco de que a compreensão da responsabilidade social e ética nas instituições (Estado, Sociedade Civil e Movimentos Sociais) brasileiras deve atuar no sentido de subsumir os direitos dos cidadãos.

O “turbilhão de informações” produzido na era da cibercultura e limitado no cotidiano dos afrodescendentes suscita uma identidade de projeto em que a informação recuperada seja imediatamente pertinente às necessidades específicas dos afrodescendentes. Por essa razão, é preciso formular um projeto mais amplo, que se distancie de propostas de inclusão cujos efeitos “nada mais fazem do que ocultar os problemas de sobrevivência das populações socialmente vulneráveis para as quais já está negado, em princípio, o acesso às benesses materiais da universalidade” (SODRÉ, 1999, p. 19), servindo, quase sempre, para produzir consequências pouco aproveitáveis em termos práticos e políticos.

O enunciado “Como o acesso é gratuito, uso-o como forma de conter despesas” (PM, 23 anos) permite-nos conceber o mundo da cibercultura como um espaço onde as

novas identidades têm sido construídas através de uma divisão perversa, que concorre para incluir alguns e excluir outros, fazendo-nos pensar, como Canclini (2007, p. 95), que esse mundo está “[...] dividido entre os que têm domicílio fixo, documento de identidade, cartão de crédito, acesso à informação e dinheiro e, por outro lado, os que carecem de tais conexões”. Essa escassez de acesso por todos os cidadãos aos bens propiciados pelos avanços das tecnologias da informação e comunicação desestabiliza o pensamento de que a informação é o conhecimento organizado e tornado visível, a fim de que possa ser apropriado por aqueles que não têm acesso à informação. Os gestores das políticas de informação desconhecem que a miséria dos que detêm pouca informação é “produzida objetivamente” (SOUZA, 2005) na forma econômica, emocional, existencial, política e informacional.

Explicando o motivo pelo qual acessa a internet da biblioteca, PI expressa: “Porque ainda não tenho internet em casa” (PI, 18 anos). Esse cibersujeito expõe a mesma problemática de PO e de PM. Essa questão se agrava quando PI aponta a sua necessidade de informação “digital” para gerar conhecimentos: “Preciso realizar pesquisas frequentemente”, demonstrando, ao que parece, que a internet é uma ferramenta essencial para as atividades de pesquisa. Ele pontua, ainda, que, “se não houvesse limite de vezes para utilizar os computadores, seria bom, pois uma hora por dia é pouco”. Essa observação é pertinente porque pesquisar na Internet requer habilidades e competências específicas, já que os sítios e/ou páginas são modificados numa velocidade inimaginável, somando-se a isso a diversidade de pessoas e de pontos de vista envolvidos com que nos deparamos na disponibilização e discussão de um tema.

Outro cibersujeito explica que o local ideal para o acesso à internet seria onde o tempo não é limitado: “Minha casa, ou outro lugar que eu pudesse pesquisar com tranquilidade e sem medo de acabar o tempo e não terminar a pesquisa” (IL, 19 anos). Igualmente a PI, BA demonstra dificuldade para desenvolver sua pesquisa, pois denuncia que o tempo oferecido não colabora com o tempo necessário para o acesso à informação que lhe interessa. Eis o que expressa em seu discurso: “Eu acesso a biblioteca porque não tenho computador em casa, mesmo não sendo o único lugar que acesso, preferia acessá-la em minha casa” (BA, 23).

Nesse sentido, concordamos com o sociólogo Jessé de Souza (2006, p.23), em seu artigo, intitulado “A visibilidade da raça e a invisibilidade da classe: contra as evidências do conhecimento imediato”, em que ele aponta “a naturalização da desigualdade social e a consequente produção de cibercidadãos como um fenômeno de

massa, em países periféricos de modernização recente como o Brasil”. Tal visão está, cada vez mais, vinculada aos processos globais e informacionais instigados pela eclosão da cibercultura, cujos efeitos servem muito mais para aumentar o percentual de quem tem mais informação do que tornar equânime a distribuição para aqueles que têm menos informação. Essa situação remete à desigualdade social no sentido de que o acesso à informação, nas relações do saber com a cibercultura, é considerado uma das condições fundamentais para a cidadania. Como indicam os enunciados de PI, 18 de anos, e IL, de 19, o acesso desses cibersujeitos à informação é restrito, pois se limita à biblioteca ou à lan house.

De modo geral, é provável que essa condição precária de acesso à informação pela internet interfira na capacidade do estudante para selecionar, analisar, compreender e recuperar a informação disponível. Se ele tiver competência limitada, a internet será vista como um instrumento de informação, mas se tiver mais facilidade para aprender, ela será uma ferramenta de conhecimento (SORJ, 2003).

O relatório da pesquisa intitulada Projeto Juventude Digital, realizada nos Estados Unidos e divulgada em 2008, verificou a importância da internet no desenvolvimento de 800 jovens. Os resultados mostraram que o contato dos jovens com a internet, para jogar ou participar de sites de relacionamento, é importante para o próprio desenvolvimento, o que vai de encontro às opiniões de muitos pais e professores, que consideram esses tipos de atividade uma perda de tempo. Esses jovens, segundo o relatório, estão adquirindo habilidades tecnológicas e conhecimentos necessários para sua sobrevivência como cidadãos no mundo contemporâneo, encarando como normal uma atividade que não existia há alguns anos. Portanto, o relatório conclui que o acesso à rede de informação contribui para despertar a criatividade e proporcionar o aprofundamento dos aprendentes em determinados conteúdos, adquirir habilidades tecnológicas e conhecimentos necessários na sociedade da informação e do conhecimento. Além disso, mostra que “a qualidade do acesso é o que importa para alguns adolescentes que podem contar apenas com a biblioteca da escola para navegar pela internet [...]” (INTERNET, 2008), comentando que algumas instituições mantêm bloqueadores de acesso a determinados sites, e a conexão só é possível quando elas estão abertas.

As reflexões de Sorj (2003) mostram que essa questão referente ao acesso à informação tem a ver também com “[...] uma nova realidade política e cultural, na qual os diversos participantes – indivíduos, grupos, instituições, empresas – se orientam em

função de informações, expectativas e desejos inspirados em referências globais” (SORJ, 2003, p. 12).

Para Lévy (1999), é preciso trabalhar a democratização da informação e o acesso a ela, tendo em vista que sempre houve (e sempre haverá) desigualdades em todas as sociedades. O processo de reparação dos afrodescendentes é de longo prazo, e todos devem trabalhar de acordo com suas funções – professores, políticos, empresários, profissionais da informação - na perspectiva de mobilizar o conjunto da sociedade dentro de uma abordagem cooperativa.

Nesse sentido, concordamos com Lévy, ao afirmar que “é preciso trabalhar o acesso à informação e à comunicação tendo em vista que, sempre houve (e sempre haverá ) a diferença social em todas as sociedades. A única coisa que se pode fazer é tornar essa divisão menos desumana [...]”(LÉVY, 1999, p. 13). Esse filósofo chama a atenção dos profissionais, que atuam em todas as áreas (universidades públicas e privadas, empresas, ONGs, sociedade civil, dentre outras, a fim de formarem uma “inteligência coletiva” para reduzir a pobreza e oferecer uma educação de qualidade. Trata-se, pois, de “um processo de longuíssimo prazo, em que todos devem trabalhar de acordo com suas funções [...] – na perspectiva de “mobilização do conjunto da sociedade dentro de uma abordagem cooperativa” (LÉVY, 1999, p. 13).

- **Internet como instrumento de crítica e cibercidadania**

No que diz respeito à pergunta “Você usa ou já usou a internet para fazer algum tipo de manifestação ou protesto?”, o cibercidadão NY respondeu negativamente, como o fizeram, igualmente, outros sujeitos da pesquisa, mas afirmou ter interesse em utilizá-la para esses fins, como ilustra seu enunciado: “Que me lembre, não. Mas me interessa usar página de relacionamento para mostrar minha indignação com a sociedade e falta de democracia em nosso país” (NY, 21 anos). Ao que parece, NY demonstra que reconhece a internet como uma ferramenta importante não apenas para postar mensagens, jogar e estabelecer relacionamentos, mas também para contestar e se indignar pela ausência de democracia, embora esse cibercidadão ainda não esteja usando essa tecnologia para essa finalidade.

Em resposta à mesma questão, JP demonstrou desconhecer ou mesmo desconfiar de que a internet seja um potencial democratizador, no que se refere ao acesso à informação, mudar o estado das coisas ou as necessidades de informação, para situar o cidadão adequadamente na cibercultura.: “Não, pois sei que ninguém vai me ouvir” (JP, 24 anos). Ele, provavelmente, sabe que muitas pessoas poderão ler a sua mensagem, já que estaria se manifestando ou protestando para um grande universo de usuários da

rede, mas, para se fazer “ouvir”, ou mobilizar pessoas, a internet não lhe parece viável. Seu posicionamento difere do de NY, que vê nessa ferramenta a possibilidade de questionar, contestar.

Ao interpretar essa questão, que indica certa suspeita quanto à utilização da internet, retornamos às reflexões de Sodré (2002, p. 154), quando esse autor afirma que “existir na imagem, aparecer no ‘espelho’ favorece a aproximação aparente com um número grande de pessoas, mas, ao mesmo tempo, provoca a distorção da realidade original pelo que, no cenário ou no distanciamento espaço-temporal, há de substituição e descontextualização”.

## **5 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

O desconhecimento do uso da internet, como veículo de crítica e participação social, no que se refere a um “ativismo cidadão”, por parte dos cibernavegantes desta pesquisa, decorre, principalmente, da quantidade e da qualidade do acesso, necessárias para a exploração de todas as potencialidades da rede mundial. Se, para esses jovens participantes da pesquisa, é disponibilizada apenas uma hora de conexão diária, em que precisam escolher entre realizar pesquisas escolares, trocar e-mails, conversar, participar de fóruns, de sites de relacionamentos, de notícias, enfim, para exercitar a criatividade, manter relações sociais, trocar e produzir informações, obviamente, sua imersão na cibercultura é incompleta, sendo, então, colocados em desvantagem em relação a “outros” jovens em condições opostas de acesso.

Em tempos de cibercultura, observamos a insuficiência da infraestrutura para acesso à internet e à informação que é dada aos jovens afrodescendentes de baixa renda. Essa afirmação tem respaldo na pesquisa “Projeto Juventude Digital” (INTERNET, 2008), nas entrevistas coletadas nesta pesquisa para o acesso à informação - que é veículo de conhecimento em potencial - e nos enunciados de alguns atores sobre a angústia de não terem tempo suficiente para finalizar ou ampliar suas pesquisas na internet, sobretudo as escolares.

As oportunidades de acesso aos conteúdos circulantes na internet, que compõem diversas modalidades de conteúdos informacionais - elementares para crítica e participação social - oferecidas aos grupos vulneráveis são insuficientes, gerando, mais uma vez, assimetria na liberdade de escolha. Nesse caso, em relação aos usos que podem ser feitos da internet. Quando o acesso às tecnologias e, por extensão, aos conteúdos informacionais que podem ser acessados através delas é “limitado”, os potenciais produtores/consumidores de informação são podados na sua capacidade de

participação social e plena imersão na cibercultura. Somos conscientes de que a limitação de horas em um serviço de acesso oferecido numa instituição pública, por exemplo, ocorre em função da demanda de sujeitos da informação. Essa é apenas uma ilustração das condições dadas para acesso à rede a sujeitos de baixa renda, que não possuem computador e/ou autonomia de conexão à internet e as implicações da situação que intimida o avanço da democratização da informação. Admitindo outros variados fatores, esse cenário contribui para o afastamento desses sujeitos do modelo “informacionalista” ao qual se refere Castells (1999).

Especificamente, queremos alertar que a democratização da informação, na sociedade da informação e do conhecimento, é viabilizada apenas partindo de princípios de justiça social, daí seguindo para a infraestrutura de acesso e de ações que visem possibilitar a inclusão daqueles que desejam participar e/ou usufruir de uma “cultura digital”. Um desafio é, então, lançado aos pesquisadores, aos profissionais da informação e aos gestores de unidades (públicas) de informação – o de assumir sua cota de responsabilidade na formulação de propostas que respondam à demanda de soluções/enfrentamento dos problemas sociais que afetam os produtores/consumidores de informação.

### **ACCESS AND INFORMATION DEMOCRATIZATION: the afro-descendents identities on cyberculture**

#### **ABSTRACT**

The cyberculture is the background that allowed questions about the conditions of access and democratization of information in the specific context of a Brazilian reality. It also served as a pretext for a dialogue between approaches to the field of information science and the theoretical perspectives from other fields that allow interdisciplinary connections, focusing the construction of Afro-descendant identities in cyberculture. It was analyzed the access conditions to information from Internet, the existence or not of experiences with racism and the construction and exposition of young auto-image, between 18 and 25 years old, users of "Praça da Informação" (Information Park) from the Public Library of Pernambuco State. We verify that the construction of cyber-citizen identities is not centred on ethnic. Whereas in this case, the ethnic element in the construction of their identities appeared to be lesser important. It is reported as well that when the access is limited, these potential information producers/consumers are pruned on their capacity of social participation and entire immersion in the cyberculture.

**Keywords:** Ethnic Identity. Afro-descendent. Racism. Cyberculture. Information Science. Access and Information democratization.

## REFERÊNCIAS

ASSUNÇÃO, Shélen Alencar; OLIVEIRA, Franciele Luzia de. **A (des) construção de identidades no orkut**. Disponível em:

<<http://www.fag.edu.br/adverbio/v4/artigos/artigo16.pdf>>. Acesso: 06 jan. 2009.

CANCLINI, Nestor. **Diferentes, desiguais e desconectados**. Rio de Janeiro: UFRJ, 2005.

CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede**. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

CAPURRO, Rafael. Ética para provedores e usuários da informação. In: KOLB, Anton; ESTERBAUER, Reinhold; RUCKENBAUER, Hans-Walber (Org.). **Cibernética: responsabilidade em mundo interligado pela rede digital**. São Paulo: Loyola, 2001.

CAPURRO, Rafael. Epistemologia e Ciência da Informação. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 5., Belo Horizonte, 2003. **Anais...** Belo Horizonte: UFMG, 2003.

GOMES, Nilma, Lino. **Corpo e cabelo como símbolos da identidade negra**. Disponível em: <[www.rizoma.ufsc.br/pdfs/641-of1-st1.pdf](http://www.rizoma.ufsc.br/pdfs/641-of1-st1.pdf)>. Acesso em: 12 jan. 2009.

GOMES, Nilma, Lino. **Educação anti-racista: caminhos abertos pela Lei Federal nº 10.639/03 / Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade**. – Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005.

INTERNET contribui para desenvolvimento de jovens, diz pesquisa. **BBC Brasil**, Brasília, Nov. 2008. Disponível em: <[http://www.bbc.co.uk/portuguese/reporterbbc/story/2008/11/081121\\_vidaonline teensfn.shtml](http://www.bbc.co.uk/portuguese/reporterbbc/story/2008/11/081121_vidaonline teensfn.shtml)>. Acesso em: 21 nov. 2008.

LÉVY, Pierre. **Cibercultura**. São Paulo: Editora 34, 1999.

LOPES, Luiz Paulo da M. (Org.). **Discursos de identidades**. Rio de Janeiro: Mercado de Letras, 2003.

LOPES, Luiz Paulo da M. **Identidades fragmentadas – a construção discursiva de raça, gênero e sexualidade em sala de aula**. Campinas: Mercado de Letras, 2002.

MUNANGA, Kabengele **Rediscutindo a mestiçagem no Brasil: identidade nacional versus identidade negra**. Petrópolis: Vozes, 1999.

ORLANDI, Eni Pulcinelli. **Análise de discurso: princípios e procedimentos**. Campinas: Pontes, 2002.

RELATÓRIO de desenvolvimento humano – Brasil 2005: racismo, pobreza e violência. 2005. Disponível em: <<http://www.pnud.org.br/rdh/destaques/index.php?&date=1-2009>> Acesso em: 12 nov. 2008.

SARACEVIC, Tefko. Ciência da Informação: origem, evolução e relações. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v.1, n.1, p.41-62, jan./jun.1996

SODRÉ, Muniz. **Antropologia do espelho**: uma teoria da comunicação linear e em rede. São Paulo: Vozes, 2002.

SODRÉ, Muniz. **Claros e escuros**: identidade, povo e mídia no Brasil. Petrópolis: Vozes, 1999.

SORJ, Bernardo. **Brasil@povo.com**: a luta contra a desigualdade na sociedade da informação. Brasília: Jorge Zahar, 2003.

SORJ, Bernardo; GUEDES, Luís Eduardo. Exclusão digital: problemas conceituais, evidências empíricas e políticas públicas. **Novos Estudos - CEBRAP** [online]. 2005, n. 72, p. 101-117. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0101-33002005000200006&script=sci\\_arttext&tlng=en](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0101-33002005000200006&script=sci_arttext&tlng=en)>. Acesso em 28 nov. 2008

SOUZA, Jessé. A visibilidade da raça e a invisibilidade da classe: contra as evidências do conhecimento imediato” In: SOUZA, Jessé (Org.) **A invisibilidade da desigualdade brasileira**. Belo Horizonte: UFMG, 2006.

VAZ, José Carlos et al. **Governo eletrônico**: os desafios da participação cidadã. Fortaleza: Fundação Konrad Adenauer, 2002.